

**Adv<sup>a</sup> MARIA ELISA MACIEL DE OLIVEIRA ACKER**

**AS FORÇAS ARMADAS COMO SUPORTE DA DEMOCRACIA**

Monografia apresentada como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia

Orientador: CMG LUIZ FELIPE XAVIER DE ASSUMPÇÃO

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

RIO DE JANEIRO – 2006

c2006

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Av. João Luís Alves, s/nº  
CEP: 22.291-090 – Fortaleza de São João, Urca – Rio de Janeiro / RJ

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição, parcial ou total, de textos do trabalho, ou mencioná-lo, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

Rio de Janeiro, 06 Outubro de 2006.

---

Adv. MARIA ELISA MACIEL DE OLIVEIRA ACKER

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu querido marido Waldemar Acker,  
pela compreensão nas minhas ausências, em  
dedicação as atividades da Escola Superior  
de Guerra, a minha eterna gratidão.*

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

*Ao Coronel Roberto Itamar Cardoso Plum,  
quando Comandante do Centro de Estudos  
de Pessoal do Forte Duque de Caxias –  
Leme/RJ, hoje Adido Militar na Bolívia, por  
ter sido o responsável por parte  
considerável da minha formação e do meu  
aprendizado na Escola Superior de Guerra.*

## AGRADECIMENTO

*Ao Comandante e Diretor da Escola Superior de Guerra, General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira; ao Subcomandante Vice-Almirante Pedro Fava; ao Diretor do CAEPE Contra-Almirante Guilherme de Mattos Abreu; ao Corpo Permanente; aos meus professores pelos ensinamentos e orientações que me fizeram refletir cada vez mais sobre a importância de se estudar o destino do Brasil.*

*A minha família, as amigas e amigos de todas horas, que durante o meu período de curso, contribuíram com apoio e incentivos.*

*Aos estagiários da Turma Centenário do 14 BIS, em especial ao Grupo Bravo, pelo convívio tão agradável durante o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia/2006.*

## **O MEU MAIOR AGRADECIMENTO**

*A Deus, que vos dou graças pelas forças concedidas para enfrentar os desafios do dia-a-dia, durante esta jornada.*

*Ao meu Supervisor CMG LUIZ FELIPE XAVIER DE ASSUMPÇÃO, pela atenção e orientação no preparo desta Monografia.*

## **RESUMO**

No tema “As Forças Armadas como Suporte da Democracia”, analisamos o papel desempenhado pelas Forças Armadas para se fazer cumprir a Democracia. A criação e atuação do Ministério da Defesa dentro do processo democrático. As Forças Singulares, um histórico e sua contribuição para concretização deste processo.

Finalmente fazemos um panorama geral, tratando das relações civil-militares como um aporte ao desenvolvimento e proteção da Soberania nacional, através da Democracia e do Emprego Combinado das FA.

**PALAVRA-CHAVE:** Democracia, Forças Armadas, Nação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I – FORÇAS ARMADAS</b> .....	11
<b>1 – O Papel das Forças Armadas nos Estados Democráticos</b> .....	11
1.1 – Evolução Histórica das Relações Cívico-Militares .....	11
1.2 – Os Militares – Segurança Nacional e o Fortalecimento da Democracia .....	12
1.3 – Conclusão Parcial .....	13
<b>CAPÍTULO II – DEMOCRACIA</b> .....	14
<b>2 – Conclusão Parcial</b> .....	16
<b>CAPÍTULO III – MINISTÉRIO DA DEFESA</b> .....	17
<b>3 – Conclusão Parcial</b> .....	19
<b>CAPÍTULO IV – MARINHA</b> .....	20
<b>4 – Conclusão Parcial</b> .....	23
<b>CAPÍTULO V – EXÉRCITO</b> .....	24
<b>5 – Conclusão Parcial</b> .....	26
<b>CAPÍTULO VI – AERONÁUTICA</b> .....	27
<b>6 – Conclusão Parcial</b> .....	28
<b>CONCLUSÃO</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	32



## INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho apresentarmos uma análise sobre o tema “As Forças Armadas como Suporte da Democracia”, isto através de conceitos e atribuições que são destinadas as Forças Armadas, procurando mostrar sua atuação para o engrandecimento da Nação, tendo como objetivo maior a aplicação da Democracia.

Dentro deste patamar mostraremos alguns conceitos sobre Democracia, onde encontramos:

- Democracia é essencial a qualquer sociedade que busca uma forma de governo justo, pautado no respeito, na dignidade, na liberdade e na igualdade de oportunidades para todos de uma Nação;
- Democracia legitima o exercício do Poder Político, por meio do Governo da Maioria, que no caso será o povo.

Com a evolução das sociedades contemporâneas, criou-se a necessidade de uma mudança na visão das relações entre civis e militares, isto para um melhor equacionamento para o suporte da Defesa Nacional.

E aí, surge a necessidade da criação de uma nova Instituição, para dá suporte a esta atividade, o Ministério da Defesa, voltado para garantir a aplicação da Democracia, dando condições aos militares de padronizarem seus equipamentos, suas ações de logística, suas atividades de inteligência, conduta de operações e pesquisas científicas e aos civis o reconhecimento de suas capacidades, no que diz respeito a estarem à frente para comandar e supervisionar as atuações dos militares, fatos estes que contribuirão para o fortalecimento do objetivo maior, a Democracia.

Finalmente, abordaremos também especificamente sobre a conduta individual de todas as Forças Singular, sua atuação e posicionamento sobre suas

contribuições para a garantia e aplicação da Democracia para se alcançar o desenvolvimento da Nação Brasileira.

## CAPÍTULO I

### FORÇAS ARMADAS

#### **1 – O Papel das Forças Armadas nos Estados Democráticos**

A Constituição de 1988 estabelece no campo da Segurança Externa, que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, com isto tem sido restringido em muito o seu emprego, uma vez que o significado do vocábulo “pátria” tem estreita relação com o território.

A aplicação do Poder Militar é sempre condicionada pelo Poder Político, o que não é privativo de regimes democráticos; não são raros os casos de revoluções, regimes forte ou ditatoriais em que foram caudatárias do processo político, em termos de Segurança Interna e Externa.

#### **1.1 – Evolução Histórica das Relações Civis-Militares**

Com o fim da bipolaridade os países se viram obrigados a reavaliar as missões e a estrutura de suas Forças Armadas. Porém, o perigo da guerra não se esgota com o fim das ideologias espúrias das sociedades democráticas.

Através dos séculos a guerras acompanham a humanidade. Sem a estrutura militar, o Estado perde o respeito perante aqueles que não revelam a intenção de se desarmar. Afirma Reymond Aron: *A relação entre os Estados é uma relação de Poder.*

As Forças Armadas são instrumentos de Defesa e dissuasão.

O Brasil, um País continente, tem que lutar pela sua Soberania, seja pelos meios diplomáticos ou pelo emprego das Forças Armadas.

Por isso, as elites que representam os destinos das Nações, devem estar permanentemente preocupadas com os orçamentos, para que esses recursos permitam a formação, o aperfeiçoamento e, uma vida mais digna para os homens que defendem à Pátria, bem como a aquisição de materiais e equipamentos que permitam às Forças terem capacidades de pronta resposta às forças adversas ou ao inimigo, que tem interesse nas potenciais riquezas dos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento.

## **1.2 – Os Militares - Segurança Nacional e o Fortalecimento da Democracia**

O término do ciclo militar/autoritário brasileiro decorreu, como sabemos das pressões de uma forte e articulada sociedade civil exigindo o retorno à normalidade democrática, mas, através de um projeto distensionista as Forças Armadas também elaboravam atos que permitiriam o retorno a Democracia. Assim, diferente de países como a vizinha Argentina, onde literalmente houve um colapso do sistema, a transição no Brasil foi negociada “pelo alto”, fazendo com que isso viesse se refletir no futuro modelo de relações civis-militares que temos até os dias de hoje.

Considerando-se o Estamento Militar e o Segmento Civil da sociedade brasileira como variável da questão e, sabendo-se que as mesmas sofreram modificações ao longo do processo, decorrência natural de inúmeros fatores, mormente a situação conjuntural de cada período, será adequada caracterizá-las no momento situado como marco de uma nova era: o fim da Guerra Fria.

O papel a ser desempenhado pelo Poder Militar terá como função o comportamento das duas variáveis a sua capacidade de integração e o seu grau de

capacitação, para atendendo os Interesses Nacionais, projetar sua visão quanto à dimensão que desejam destinar ao Poder Militar, de maior ou menor significância, participe ou não do esforço nacional, o que em última análise representará a vontade nacional no trato da questão.

Partindo-se da premissa de que o Poder Militar é uma das expressões do Poder Nacional e um dos principais agentes da Segurança e da Defesa das Nações, será possível, através do perfil esboçado no fim da Guerra Fria, levantar ações a serem realizadas sobre as variáveis, em especial no atinente ao Estamento Militar, para que a Integração ocorra e o trabalho conjunto seja capaz de atingir um resultado, senão ótimo, pelo menos adequado e conformado com os interesses nacionais.

Uma vez estruturadas as variáveis, as mesmas poderão definir as Política e as Estratégias que dimensionarão o Poder Militar e o seu papel no novo contexto, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz, estreitando ainda mais a relação entre civis-militares, o que levará a concretização da Democracia como um todo.

### **1.3 – Conclusão Parcial**

Nas democracias, as questões de paz e de guerra ou outras ameaças à Segurança Nacional são as mais importantes que a sociedade enfrenta e assim têm que ser decididas pelo povo, agindo através dos seus representantes eleitos. As Forças Armadas democráticas servem o seu país em vez de dirigi-lo. Os chefes militares aconselham os dirigentes eleitos e executam as suas decisões. Apenas os que são eleitos pelo povo têm a autoridade e a responsabilidade de decidir o destino de uma Nação.

## CAPÍTULO II

### DEMOCRACIA

*As questões de guerra e paz estão entre as mais graves que qualquer país pode enfrentar e, em tempos de crise, muitos países procuram a liderança dos seus militares.*

Procurando manter a Democracia, a Nação Brasileira tem como elementos doutrinários os Objetivos Fundamentais que são assim definidos: *Objetivos Nacionais que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo*, onde suas características marcantes são: Democracia, Integridade Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional, Paz Social, Progresso e Soberania.

Segundo ao Manual Básico da Escola Superior de Guerra a Democracia tem dois significados essenciais:

- Em primeiro lugar, é a incessante busca de uma sociedade que propicie um estilo de vida identificado pelo respeito à dignidade da pessoa, pela liberdade e pela igualdade de oportunidades.

- Em segundo lugar, é a adoção de um regime político que se caracterize fundamentalmente por:

- Contínuo aprimoramento das instituições e da representação política, bem como sua adequação aos reclamos da realidade nacional; e
- Legitimidade do exercício do poder político, através do governo da maioria e do respeito às minorias.

- Organização de um estado de direito, significando:

- Participação da sociedade na condução da vida pública;
- Garantia dos direitos fundamentais do Homem;

- Pluralidade partidária;
- Divisão e harmonia entre os poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- Responsabilidade de governantes e governados pela condução da ação política;
- Alternância no poder.

#### Princípios da Democracia:

- Os civis devem dirigir as Forças Armadas do seu país e tomar decisões quanto à Defesa Nacional, não por serem necessariamente mais sábios que os militares, mas precisamente porque são os representantes do povo e como tal lhes é dado à responsabilidade de tomarem estas decisões e de serem responsabilizados pelas mesmas.
- Os militares existem numa democracia para proteger o país e as liberdades do seu povo. Não representam nem apóiam nenhuma tendência política nem grupo étnico ou social. A sua lealdade manifesta-se em relação aos maiores ideais do país, ao Estado de Direito e ao princípio da própria Democracia.
- O controle civil assegura que os valores, as instituições e as políticas de um país são escolhas livres do povo e não dos militares. O propósito das Forças Armadas é defender a sociedade e não defini-la.
- Qualquer governo democrático valoriza os conhecimentos e os conselhos dos militares ao tomar decisões políticas sobre a defesa e a segurança nacional. Os civis contam com os militares para aconselhamento nestas matérias e para pôr em prática as decisões do governo. Mas só os dirigentes civis eleitos devem tomar as decisões políticas finais — que os militares então implementam na sua área.
- Os militares podem, certamente, participar plena e igualmente na vida política do seu país como qualquer outro cidadão — mas apenas individualmente, como eleitores. Os militares devem desligar-se do serviço militar antes de se envolverem em política; as forças armadas devem

permanecer afastadas da política. Os militares são servidores neutros do estado e guardiões da sociedade.

- Finalmente, o controle civil dos militares garante que as questões de defesa e segurança nacional não comprometam os valores democráticos fundamentais do governo da maioria, os direitos das minorias, a liberdade de expressão e de religião e um julgamento justo. É da responsabilidade de todos os líderes políticos imporem o controle civil e é da responsabilidade dos militares obedecer às ordens legais das autoridades civis.

Baseado nestes princípios e conceitos houve a necessidade da criação de uma instituição, onde civis e militares pudessem estar juntos dividindo ideais que vissem contribuir para o fortalecimento da Democracia.

## **2 – Conclusão Parcial**

Ao longo da História do Brasil os militares sempre estiveram acompanhando e atuando para o proveito da Democracia.

As Constituições Brasileiras permitiram e permitem o emprego da Força (Exército) ou das Forças Armadas, nos momentos de crises, garantindo a manutenção da Lei e da Ordem, dos Poderes Constituídos e à Defesa da Pátria.

O fortalecimento da Democracia depende de que todos os brasileiros nele estejam empenhados e que haja o reconhecimento de que esse fortalecimento é função do crescimento homogêneo de todas as Expressões do Poder Nacional. O Brasil tem tudo para ser uma das grandes potências mundiais; porém não poderá sê-lo sem uma população educada e saudável; sem uma sólida e responsável estrutura política; sem um Judiciário atuante e a serviço da Sociedade; sem desenvolvimento tecnológico que permita um máximo de independência econômica e sem uma Força Armada capaz de dissuadir quem tente impedir a consecução de nossos legítimos anseios.



## CAPÍTULO III

### MINISTÉRIO DA DEFESA

*“Creio que houve pressões para que ele [FHC] criasse o Ministério (...) Pressões externas existiram (...) Os americanos raciocinam como se todo o mundo, ao sul do Rio Grande, fosse igual”.*

Zenildo Zoroastro de Lucena (último Ministro do Exército)

*“O Ministério da Defesa não partiu de nós e nem do povo, do anseio popular. Partiu de uma determinação do governo”.*

Walter Werner Bräuer (último Ministro da Aeronáutica)

*“A Marinha sempre foi contra o Ministério da Defesa (...) O Ministério da Defesa tende a uma centralização administrativa que não conduz a nada correto (...) [Como] o patrão-mor adotou, todo o mundo vai atrás”.*

Mauro César Rodrigues Pereira (último Ministro da Marinha)

*“A implantação do Ministério da Defesa não se resume e não se encerra no ato de sua criação. Constitui um processo de evolução contínua, necessária e salutar”.*

Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República)

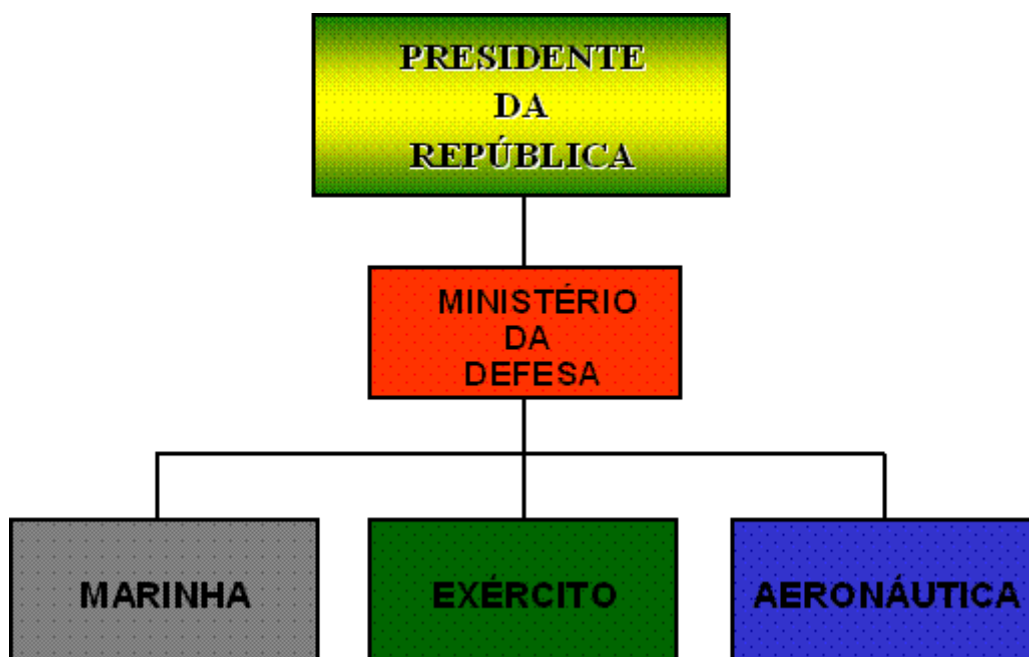
Através da visão de um coronel-aviador da Força Aérea Brasileira, em artigo que tratava da forma pela qual deveria se dar a implantação do Ministério da Defesa, este corretamente destacava que os conflitos armados da atualidade exigem das Forças Armadas possuem um só enfoque de planejamento, padronização de equipamento, ações de logística, atividades de inteligência, conduta das operações e pesquisa científica. Exigem, enfim, uma só estratégia de preparo e aplicação das Forças.

Como frisa Fitch, as áreas políticas submetidas à supervisão civil – viam, por exemplo, uma burocracia civil especializada lotada no Ministério da Defesa – poderia ser expandida ao longo do tempo à medida que crescesse a confiança militar de que esta não representaria uma ameaça ao profissionalismo militar ou à “boa política”.

No entanto, como nos chama a atenção este mesmo autor em outro trabalho, esta não é uma regra geral, haja vista que a relação que existe entre as Forças Armadas e o resto do aparato estatal é crítica. A Instituição Militar pode ser subordinada, autônoma ou dominante em suas relações com os funcionários do governo. Dentro dos regimes civis, as relações políticas entre as autoridades militares e civis e, especificamente, com o presidente podem variar consideravelmente. De igual modo, no campo profissional, varia enormemente o poder das autoridades civis ou militares para controlar a política de defesa e militar.

Dependendo da maneira como um Ministério da Defesa é desenhado, aprovado e ligado ao aparelho de Estado como um todo, pode contribuir substancialmente para um efetivo controle civil democrático sobre o conjunto da Instituição Militar, paralelamente a ganhos de economia, eficiência e eficácia por parte das Forças.

Igualmente às suas congêneres internacionais, a nova estrutura institucional de defesa brasileira interpõe o Ministério da Defesa entre o presidente da República e as Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica), conforme o organograma a seguir:



Apesar das insuficiências anteriormente apontadas, o Ministério da Defesa representa, no mais das vezes – e aí reside sua inovação –, o controle dos militares pelos civis, o mundo político dirigindo e ditando as diretrizes para as armas, o reforço da autoridade do Comandante Supremo, enfim, a fórmula institucional que, embora não perfeita e uma obra em aberto, apresenta o melhor equacionamento para a Defesa Nacional e as relações entre civis e militares nas sociedades contemporâneas.

Parece ser ponto pacífico que a subordinação militar ao governo civil implica a existência de um mínimo de vontade de obediência, isto é, um mínimo de consenso sobre a legitimidade do Comandante, quer seja num sentido subjetivo ou objetivo. A partir desta constatação, é fundamental a compreensão de que o processo de criação e implantação do Ministério da Defesa não é linear, mas tortuoso, dependendo tanto da política adotada pelo Ministério da Defesa quanto das relações específicas entre os militares, o Estado e o restante da sociedade. Precisamente sobre a combinação desses fatores há que se estar bastante atento pois, a partir de tal análise, é que poderemos avaliar com segurança o impacto da criação do Ministério da Defesa sobre o quadro das relações civis-militares brasileiras e a organização da defesa em nosso país.

### **3. – Conclusão Parcial**

É preciso ter em mente que um Ministério da Defesa deve contribuir para o fortalecimento das autoridades civis, posto que ele proporcione uma estrutura unificada para o desenvolvimento de políticas e permite a uniformidade das Forças Armadas com o restante da burocracia administrativa do Estado. Ademais, para que a supremacia civil se faça realidade, é fundamental a presença ativa dos civis à frente desta estrutura e de seus componentes, que redundará no aprofundamento e reforço de nossa jovem Democracia.

## CAPÍTULO IV

### MARINHA

Graças às possibilidades de comunicações que o mar propicia, podemos consolidar a independência, com o uso da nossa primeira Armada, formada por D. Pedro I que foi uma magnífica Escola para os nossos futuros chefes navais.

O mar serviu de suporte para o Segundo Império enfrentar os antagonismos provenientes dos países platinos, que sempre reivindicaram direitos sobre territórios do extremo sul do País.

As campanhas navais devido o papel desempenhado contra os países platinos e pela sua contribuição par o avanço das Forças Marítimas deveriam ser melhor estudadas, o que na realidade permitiram a consolidação política do País, mantendo a primeira linha de defesa de nacionalidade, o veio dar condições de manter o mais afastado possível de nosso território as forças inimigas.

Por último, podemos afirmar que foi basicamente através do mar que participamos das duas Grandes Guerras Mundiais, inicialmente sofrendo agressões dos submarinos inimigos, que ao afundarem nossos navios levaram-nos a delas participar e posteriormente permitindo-nos transportar para o Teatro de Operações da Europa, nossos soldados e aviadores e, concomitantemente, permitiu a atuação da Marinha Brasileira durante a maior parte do conflito.

Após a independência, já ressaltada a importância do nosso nascente Poder Naval, para sua consolidação e a Manutenção da Integridade Territorial da Nação, continuou acentuada a necessidade de um crescente Poder Marítimo.

Com a II Guerra Mundial, em face do perigo representado pela ameaça submarina alemã, criou-se um crescente temor quanto à segurança do tráfego marítimo.

Após a Guerra, o tráfego marítimo diminuiu, predominando o transporte rodoviário, em detrimento do marítimo e até mesmo do ferroviário.

No início da década de 70, reapareceu um pequeno alento no transporte aquaviário, com base na indústria de construção naval, que foi amparada pelo Fundo de Renovação da Marinha Mercante.

Segundo a doutrina empregada pela Escola Superior Guerra podemos assim definir a Marinha como sendo:

A Marinha Brasileira, é responsável constitucional pela manutenção de nossa soberania sobre 7408 quilômetros banhados pelo oceano Atlântico e mais de 55.457 quilômetros quadrados de águas internas, distribuídas entre as nossas principais bacias. Devido a outras demandas mais urgentes, que surgem no seio da sociedade brasileira, no período compreendido acima, a Marinha Brasileira tem com dignidade e profissionalismo crescente cumprido seu papel constitucional. No entanto, em virtude de nosso imenso litoral e do nosso mar territorial de 12 milhas ( Lei 8.617/93) e espaço aéreo adjacente, as lacunas sem dúvida existem, mais nada que comprometa o nosso papel no cenário mundial de potência emergente que preza e deseja a paz mundial , contudo, num ambiente de política internacional cada vez mais anárquico tem que se preparar da melhor forma possível para defender nossos interesses, uma Marinha de Guerra forte e presente no cenário nacional é condição *sine quae non* para que isso ocorra. ALAN HENRIQUES DE ARAUJO ECONOMISTA E ANALISTA MILITAR

Atualmente um novo interesse, desperta a sociedade brasileira que tem nos levado a deslumbrar nas perspectivas de riquezas no uso do mar, como é caso da existência de petróleo no subsolo marinho, que ativou uma série de novos empreendimentos que, tendo como fator comum o próprio mar, permite-nos visualizar o incremento das atividades e uma nova mentalidade marítima em nosso povo.

A ampliação do uso do mar pelo Brasil, tanto econômica como militarmente, alterou profundamente nossa posição em relação às demais potências mundiais e nos possibilitará atingir uma posição de destaque no mundo.

Ligado ao conceito empregado pela ESG, temos que o Poder Marítimo de uma Nação pode ser definido como a capacidade que esta tem de utilizar o mar em benefício próprio. Entretanto, nosso país gasta anualmente com fretes marítimos US\$ 7 bilhões, dos quais apenas 3% são transportados em navios de bandeira brasileira. Nossos portos são obsoletos, e a Marinha Mercante nacional praticamente desapareceu. É urgente a adoção de medidas concretas, para reverter tal situação.

Poder Marítimo é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais. (Manual Básico, ESG-2006)

O Poder Naval, como componente militar do Poder Marítimo, tem como função prover a segurança dos demais componentes deste poder, em tempo de guerra assim como de paz. Para isso a Marinha do Brasil necessita dispor de meios flutuantes, aéreos e anfíbios adequados, em quantidade suficiente, além de representar os interesses nacionais ou projetar o poder e a influência do país no exterior.

A instituição militar “são os canais próprios mediante os quais as Nações empregam o Poder Nacional de acordo com os princípios que as norteiam e, desse modo, imprimem características próprias às suas Instituições.” (Manual Básico, ESG-2006)

Não podemos, porém deixar de citar que o que tange a decisão quanto ao nível de recursos a serem alocados para as FFAA é eminentemente política. Por outro lado, o Brasil está enfrentando grandes dificuldades econômico-financeiras e o orçamento das três Forças em particular, o da Marinha, destinado efetivamente ao custeio, manutenção e investimento vem diminuindo anualmente. Essa redução da participação da Marinha Brasileira no orçamento da União é gradual.

Diante desse quadro sombrio, cabe à Marinha Brasileira, apenas, assessorar os escalões responsáveis pelas decisões, quanto à importância da Defesa na garantia dos Objetivos Nacionais, inclusive aqueles voltados para o desenvolvimento econômico e social.

Destaca-se, ainda, que as mudanças na estrutura de defesa do País, atualmente em fase de implementação, que poderão alterar o quadro atual de dificuldades orçamentárias, o que se espera que seja para melhor.

#### **4 – Conclusão Parcial**

A Marinha do Brasil, através de suas ações como Instituição Militar do Poder Marítimo, tem contribuído para a atuação da Democracia, participando efetivamente na defesa da Soberania territorial, principalmente no que está relacionado ao novo despertar de interesse, que é o uso das riquezas do subsolo marinho brasileiro, que nos possibilitará uma nova posição diante das potenciais mundiais.

## CAPÍTULO V

### EXÉRCITO

Desde descobrimento do Brasil, a Força Terrestre foi representada pelo povo em lutas armadas pela sobrevivência, conquista e manutenção do território.

Então podemos afirmar que o Exército nasceu com a própria Nação e, desde então, participa ativamente da história brasileira.

Após a Independência, em 1822, a atuação do Exército Brasileiro, internamente, foi decisiva para derrotar todas as tentativas de fragmentação territorial e social do País. A manutenção da unidade nacional, penosamente legada por nossos antepassados, é decorrente das suas ações, em particular, da atuação do Duque de Caxias. Desse modo, ontem, como hoje, prevaleceu à necessidade de Segurança e Integração Nacionais, reflexo da vontade soberana do povo, expressa, como ideal intangível, nas Constituições brasileiras de todos os tempos.

Já no âmbito internacional, participou vitoriosamente do conflito que, na segunda metade do século XIX, ocorreu no cone sul do continente sul-americano: a Guerra da Tríplice Aliança.

Em decorrência da sintonia permanente que o Exército sempre teve com a sociedade brasileira, seu papel foi decisivo na Proclamação e na Consolidação da República. Naquele período particularmente conturbado, os militares desempenharam papel de moderação, idêntico ao exercido pelo Imperador na monarquia, garantindo a sobrevivência das instituições.

Após a I Guerra Mundial, o Exército experimentou um período de soerguimento profissional, que iria completar-se com a contratação, em 1920, da Missão Militar Francesa.



A II Guerra Mundial trouxe modificações significativas na evolução do Exército Brasileiro. Em 1942, em resposta ao torpedeamento de vários de seus navios mercantes, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo.

Em 1944, o País enviou para o teatro de operações europeu uma força expedicionária organizada em curto espaço de tempo, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes. Designada para operar na Itália, durante o tempo em que esteve em combate, compondo o V Exército dos Estados Unidos da América, a Divisão brasileira sofreu mais de 400 baixas por morte em ação. Antes que o conflito terminasse, havia feito mais de 15.000 prisioneiros de guerra e capturado duas divisões inimigas.

Na Itália, a FEB cobriu-se de glórias, combatendo tropas aguerridas, ao lado de soldados calejados por anos de campanha. Nada ficaria a dever a uns e outros. As glórias colhidas em Monte Castello, Montese e Fornovo, e em tantas outras ações, estão gravadas com letras de sangue na História Militar brasileira. Aos nossos pracinhas devemos, em difícil hora, a garantia da dignidade de nossa Pátria.

A partir dos anos 60, o Exército passou por importantes transformações. Acompanhando o acelerado desenvolvimento econômico e industrial do País, realizou consideráveis investimentos em Ciência e Tecnologia, o que permitiu fornecer à tropa equipamentos e armamentos projetados e fabricados pelas indústrias nacionais, particularmente viaturas blindadas. Além dessa evolução tecnológica, foi renovado o sistema de instrução e foram estruturadas as atuais divisões de exército e brigadas, combinações de tropas mais leves e flexíveis, consentâneas com as peculiaridades do ambiente operacional brasileiro.

No Manual Básico da Escola Superior de Guerra encontramos a destinação do Exército Brasileiro, que constam da Constituição Federal, que vai ser comum a todas as Forças Armadas que são:

- Defender a Pátria;
- garantir os Poderes Constitucionais;
- garantir a Lei e a Ordem;
- garantir a Ordem;
- cooperar com o Desenvolvimento Nacional;

- cooperar com a Defesa Civil; e
- participar de Operações Internacionais. (ESG, Manual Básico, 2006)

Atualmente, o Exército Brasileiro consolida sua individualidade. Exercita e desenvolve uma doutrina militar genuinamente nacional, gerada com base em perspectivas de emprego realistas, e tem procurado evoluir sua concepção estratégica de maneira compatível com as demandas do futuro.

## **5 – Conclusão Parcial**

Observa-se que o Exército como Instituição Militar, se encontra atuante no que diz respeito a se ajustar à estrutura político-estratégica do País, fato este de modo geral tem contribuído para a consolidação da Democracia.

## CAPITULO VI

### AERONÁUTICA

Em 1939, no início da II Guerra Mundial, a maneira como se desenvolviam os combates no além-mar surpreendeu e revelou o despreparo das Forças Armadas brasileiras para enfrentar as exigências do conflito. Somando-se a isto, as carências materiais típicas de um país com insuficiência de recursos financeiros. Era preciso mudar.

Embora o debate em torno da criação de uma força aérea única, fundindo as já existentes aviações do Exército e da Marinha, assim como a criação de um Ministério exclusivo para gerenciar a aviação brasileira, viesse ocorrendo desde o início dos anos 1930, a guerra na Europa acabou por reforçar essa tendência, consolidando a idéia de que era preciso centralizar os meios aéreos do país. O desperdício e os problemas decorrentes de um gerenciamento em separado de múltiplas aviações, militares e civis, constituiu-se num dos principais argumentos em favor da criação do Ministério do Ar.

Finalmente, após amplo debate e campanhas na imprensa, Getúlio Vargas, em 20 de janeiro de 1941, assinou o Decreto 2961, criando o Ministério da Aeronáutica e estabelecendo a fusão das forças aéreas do Exército e da Marinha numa só corporação, denominada Forças Aéreas Nacionais. Pouco depois, em maio de 1941, um novo decreto mudou o nome da recém nascida força aérea para Força Aérea Brasileira, FAB, nome que permanece até os dias de hoje.

A Força Aérea Brasileira obteve seu batismo de fogo durante a II Guerra Mundial participando da guerra anti-submarino no Atlântico Sul e, na Europa, como integrante da Força Expedicionária Brasileira que lutou ao lado dos Aliados na frente italiana. Foram mandadas para a Itália duas unidades aéreas da FAB, o 1º Grupo de Aviação de Caça, o Senta Pua!, e a Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação.

No Manual Básico da Escola Superior de Guerra encontramos:

“Para o cumprimento de sua missão, a Aeronáutica utiliza-se do Poder Aeroespacial que é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais. Os elementos constitutivos do Poder Aeroespacial são:

- Força Aérea;
- aviação civil;
- infra-estrutura aeroespacial;
- indústria aeroespacial;
- complexo científico-tecnológico aeroespacial. “

## **6 – Conclusão Parcial**

A Aeronáutica, uma Força Singular relativamente jovem, isto em relação as outras Forças, porém de grande valia na atuação e promoção da Democracia.

No decorrer dos anos tem propiciado um incessante progresso tecnológico da aviação, o que vem reforçar extraordinariamente esse Poder, dando origem a diversos estudos teóricos, nos quais se estabeleceram seus princípios e conceitos fundamentais.

## CONCLUSÃO

Procuramos abordar sobre o tema sugerido de forma bem sucinta, falando sobre o papel das Forças Armadas como Instituição responsável pela Segurança Interna e Externa da Pátria. Sua relação com civis, que juntos tem lutado pela preservação da Soberania e o fortalecimento da Democracia.

O instrumento que vai garantir a aplicação das leis vai ser a Constituição Brasileira, que embasada nos artigos vão garantir o emprego da Força (Exército) ou das Forças Armadas, que em momentos de crise asseguram a manutenção da Lei e da Ordem, a execução dos Poderes Constituídos e a Defesa da Nação.

A criação do Ministério da Defesa dentro do processo de democratização, contribui para o fortalecimento das autoridades civis, o que veio a propiciar uma estrutura unificada fortalecida, afiançando o desenvolvimento de políticas que permitam a uniformidade das Forças Armadas.

Tratamos também sobre cada Força Singular e suas participações no emprego da Democracia e sua efetiva contribuição na defesa da Soberania territorial e proteção do subsolo marinho, ato que cabe a Marinha; já o Exército atua no ajuste da estrutura político-estratégico do País; a Aeronáutica fica responsável pelo controle do tráfego aéreo, o que de forma geral tem dado condições ao País de alcançar um patamar diferencial pelo seu progresso tecnológico obtido, que tem servido de reforço e fortalecimento para a reafirmação da Democracia.

Resumindo, por tudo o que foi apresentado pode-se perceber a importância não só das Instituições Militares, mas também da atuação dos civis na consolidação e no processo de democratização, tendo como objetivo maior alcançar o Desenvolvimento da Nação Brasileira.

E, finalmente fazemos um panorama geral do EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial despertou-se entre os militares brasileiros a consciência de que as nossas Forças Armadas necessitavam preparar-se para serem empregadas em ações combinadas.

A criação do EMFA, em 1946, foi uma consequência deste sentimento.

Embora tenha dispendido ingentes esforços no sentido de criar uma Estrutura Militar de Guerra (EMG), o EMFA não obteve êxito em seus intentos, devido principalmente a inexistência de uma real ameaça a nossa soberania e a falta de recursos financeiros e conseqüentemente de motivação para a manutenção em funcionamento de Forças Armadas com dimensões proporcionais à estatura de um país que aspira a um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Entretanto, é preciso que sejam encontradas soluções que permitam estruturar, o mais cedo possível, mesmo que de forma parcial, a nossa EMG.

A Amazônia, atualmente, é o palco onde este emprego combinado pode ser organizado e testado, servindo de base para a implantação em outras áreas.

Há necessidade de que se diferencie uma operação combinada de uma conjunta, que ocorre em maior quantidade nos exercícios entre as três Forças.

A operação combinada é um empreendimento militar em que tomam parte elementos ponderáveis de mais uma Força Singular, sob a responsabilidade de um comando único e a operação conjunta e o emprego coordenado de elementos de mais de uma Força Singular, com propósitos comuns, mas sem que haja a constituição de um comando unificado.

Nas operações conjuntas geralmente uma Força age em apoio parcial a outra, suprimindo uma necessidade ou deficiência da Força principal.

Nas operações combinadas há o engajamento total de todos os componentes e o comando das operações pode ser de qualquer um desses componentes.

Dependendo do vulto da missão de uma Força Combinada, órgãos especiais como o Centro de Operações e o Centro de Apoio Administrativo poderão ser criados com a finalidade de maior coordenação e controle de áreas homogêneas de atividades de Estado-Maior.

As principais atividades de um Estado-Maior Combinado são os Levantamentos Estratégicos de Área; Estudos de Situação; Estudos de Estado-Maior e Elaboração de Documentos de Rotina. Todas estas atividades constituem o que se chama de Trabalho de Comando.

O método de raciocínio desenvolve-se em quatro fases:

A preliminar, destinada à interpretação do problema;

A de pesquisa ou análise, na qual os fatos são avaliados e interpretados;

A de discussão, na qual são debatidas as soluções possíveis e;

A conclusiva, na qual é apresentada a proposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[alanhenriques@yahoo.com.br](mailto:alanhenriques@yahoo.com.br)

COELHO, João Gilberto Lucas. *A democracia participativa na Constituição de 1988: os institutos de iniciativa popular, plebiscito e referendo*. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo : Brasiliense, n. 54, 1990, p . 47-73.

COMPARATO. Fábio Konder. *Os problemas fundamentais da sociedade brasileira e os direitos humanos*. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil.São Paulo : Brasiliense, n. 51, 1989, p. 7-18.

História do Brasil – Luiz Koshiba – Ed. Atual

História Crítica do Brasil – Mário Schmidt – Ed. Novos Tempos.

História do Brasil – Boris Fausto – Ed. Difel

MERCADANTE, Paulo. "Militares & Civis: a ética e o compromisso". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

<http://www.culturabrasil.pro.br/planoreal.htm>